

Diagnóstico por Eixos Estruturantes

Para melhor compreender a situação atual das políticas públicas voltadas ao meio ambiente no Amazonas, o diagnóstico foi organizado em 14 Eixos Estruturantes, alinhados aos objetivos deste Plano. Concebidos de forma sistêmica e interdependente, os eixos articulam agendas, programas e políticas em âmbito estadual, nacional e internacional, além de servirem de referência para a formulação das ações estratégicas propostas. O avanço em cada eixo fortalece os demais, criando uma dinâmica de reforço mútuo que constitui um dos fundamentos do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Meio Ambiente do Amazonas.

? Eixo Estruturante 1 – Floresta e Desmatamento (supressão vegetal e queimadas)

A discussão em torno do Eixo Estruturante 1 visa problematizar a atual situação do desmatamento promovido a partir da supressão vegetal e queimadas, de forma a encontrar saídas para reduzir continuamente e sustentadamente a supressão vegetal ilegal e as queimadas, com prioridade para as áreas críticas do sul do estado, região metropolitana de Manaus e fronteiras agrícolas em expansão, por meio de monitoramento intensivo, operações integradas de fiscalização, responsabilização efetiva dos infratores e criação de incentivos positivos à conservação florestal.

Vozes e subsídios técnicos convergentes

“Não se trata de plantar algumas árvores e sair. É sobre restaurar ecossistemas inteiros, com capacidade de resistir ao tempo. Temos ciência, políticas públicas e modelos de negócios prontos.” (Bernardo Strassburg, diretor executivo do Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS) e professor da PUC-Rio; autor principal do estudo *Global Priority Areas for Ecosystem Restoration* (Nature, 2020). Fonte: TED Talk, IIS-Rio (2025).

“Há 150 milhões de hectares de pasto improdutivo e terra degradada pelo país. Dá para expandir cana, soja e boi à vontade, sem precisar cortar sequer mais uma árvore.” (Carlos Eduardo Pellegrino Cerri, professor titular do Departamento de Ciência do Solo da Esalq/USP e diretor do Centro de Estudos de Carbono em Agricultura Tropical-CCarbon).

Fonte: Entrevista a ((o)) eco.

Como dito anteriormente, mais de 97% da cobertura original do Amazonas permanece de pé, mas a pressão sobre esse patrimônio cresceu e se diversificou. Segundo o INPE/PRODES (2025), a supressão vegetal na Amazônia Legal foi de 5.796 km² no ciclo 2024–2025, redução de 11,08% em relação ao período anterior.

Entretanto, esse resultado deve ser relativizado, uma vez que a Amazônia registrou índices excepcionalmente elevados de supressão vegetal entre 2022 e 2023. Assim, a redução observada não representa, necessariamente, uma mudança estrutural da tendência histórica, mas um retorno a patamares que já vinham sendo enfrentados há anos e que se agravaram em razão do desmonte das estruturas de fiscalização ambiental estaduais e federais entre 2018 e 2022. Por outro lado, não se pode ignorar que a queda registrada

no ciclo 2024–2025 decorre, em parte, da retomada das ações de fiscalização e do fortalecimento das políticas públicas ambientais.

Como vimos, o fogo continua avançando sobre a Amazônia em escala alarmante, e a dimensão do problema fica evidente nos números: em 2024, a Amazônia concentrou 58% de toda a área queimada do país, com 17,9 milhões de hectares atingidos pelo fogo. Pela primeira vez na série histórica, as formações florestais (6,8 milhões de ha) superaram as pastagens (5,8 milhões de ha) como classe mais afetada. O problema é grave, pois a floresta queimada se torna ainda mais suscetível a novos incêndios, criando um ciclo de degradação difícil de reverter. Para agravar a situação, o período entre 2023 e 2025 combinou uma seca histórica ao fenômeno El Niño, amplificando drasticamente o impacto da ação humana.

O fogo na Amazônia não é um fenômeno natural. Ele é introduzido pela ação humana e está ligado, principalmente, à abertura de áreas para pastagem e agricultura. Combater as queimadas exige mais do que ações de supressão; exige políticas estruturais capazes de alterar os incentivos econômicos que sustentam a conversão do uso do solo. A queda de 82% nas queimadas no Amazonas em agosto de 2025 (INPE) mostra que medidas concretas funcionam, especialmente quando associadas a uma fiscalização mais enérgica. O desafio, portanto, é sustentar essas políticas ao longo do tempo, de forma a reduzir a pressão sobre a floresta e desestimular o desmatamento em suas diferentes formas, incluindo a supressão vegetal e as queimadas.



Plano de Ação

Ações Estratégicas do Eixo 1 - Floresta e Desmatamento (supressão vegetal e queimadas)

1 – Implantação de Salas de Situação Regionais em 5 municípios-polo (a definir a partir de levantamentos de criticidade situacional) para monitoramento em tempo real com dados PRODES/DETER/INPE, com equipes estabelecidas para atuação emergencial.

2 – Fortalecimento das operações integradas permanentes entre IPAAM, SEMA, IBAMA, Polícia Militar Ambiental, Polícia Federal e Força Nacional, a ser realizado a partir de Celebração de Acordos de Cooperação Técnica.

3 – Criação e implementação de Planos Municipais de Prevenção e Combate a Queimadas nos 62 municípios do Estado, com atuação conjunta entre as equipes técnicas dos demais entes envolvidos no Acordo de Cooperação Técnica.

4 – Programa de responsabilização digital: vinculação de CPF/CNPJ a ilícitos ambientais com bloqueio de crédito rural e acesso a políticas públicas.

5 – Expansão do monitoramento remoto com uso de drones, câmeras de vigilância em tempo real e satélites de alta resolução em regiões prioritárias.

6 – Programa Estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) para proprietários que mantêm floresta nativa em suas propriedades, com mecanismos de repasses às comunidades envolvidas.

7 – Programas de manejo integrado do fogo em parceria com comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, respeitando as práticas culturais tradicionais, de forma a capacitá-los no uso do fogo de forma planejada, controlada e estratégica para: reduzir o risco de incêndios descontrolados, proteger áreas sensíveis, manter paisagens produtivas e respeitar ciclos ecológicos.

8 – Criação do sistema de alertas precoces de queimadas com notificação automática às prefeituras e órgãos de defesa civil com georreferenciamento.

Conexão com Políticas Existentes

Este eixo articula-se diretamente com:

- **O Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Amazonas (PPCDQ-AM, 2023–2025), que precisa ser atualizado e ampliado;**
- **O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm – 5ª Fase, 2023–2027) do governo federal;**
- **O Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES;**
- **O Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo (COMIF); e**
- **A Sala de Situação Federal.**